



Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

TELEFÔNICA/VIVO

Assembleia para começar a negociação do ACT 2016/2017

Assembleias

1º de agosto de 2016
em dois locais:

8 horas, Mata da Praia
na Av. Adalberto Simão Nader, 531,
Mata da Praia, Vitória/ES

9:30 horas, Praia do Canto
na Av. Nossa Senhora da Penha, n.º
275, Praia do Canto, Vitória/ES

O Sinttel-ES convoca todos/as empregados/as da Operadora Vivo no ES para a assembleia que inicia a campanha salarial 2016/2017. A importância dessa assembleia é grande pois é nela que os trabalhadores discutem os pontos da pauta de reivindicações, pré-elaborada pela diretoria do Sindicato.

O objetivo é ter uma pauta que reflita as necessidades dos/as trabalhadores/as, afinal a empresa vem apresentando lucro neste primeiro trimestre, o que vislumbra para seus empregados dias melhores, apesar da crise que vive a economia do país. Portanto:

Participe das assembleias e vamos mostrar para a empresa que a negociação pode e deve ser um momento em que os/as trabalhadores/as precisam ser valorizados.

A Telefônica Vivo foi a empresa que mais lucrou no 1º trimestre. Então temos que buscar as melhorias salariais que reflitam esses lucros também na vida dos/as trabalhadores/as

SINTTEL-ES

EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

O SINTTEL-ES - Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações; Telefonia Móvel; Centros de Atendimento; Call Centers; Transmissão de Dados e Serviços da Internet; Serviços Troncalizados de Comunicação; Rádio Chamadas; Telemarketing; Projeto, Construção, Instalação, Manutenção e Operação de Equipamentos e Meios Físicos de Transmissão de Sinal; Similares e Operadores de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo, convoca, na forma de seu estatuto, os trabalhadores do GRUPO TELEFÔNICA/VIVO para comparecerem à Assembleia Geral Extraordinária que será realizada no dia 1º de agosto de 2016 em dois locais: 1) na Av. Adalberto Simão Nader, 531, Mata da Praia, Vitória/ES às 8 horas, em primeira convocação, e às 8:30 horas em segunda e última convocação; e 2) na Av. Nossa Senhora da Penha, n.º 275, Praia do Canto, Vitória/ES às 9:30 horas, em primeira convocação, e às 10 horas em segunda e última convocação para debaterem e deliberarem sobre a seguinte pauta: a) **Aprovação, com modificação ou não, da Pauta de Reivindicação previamente elaborada pela diretoria do Sinttel-ES, para a negociação do Acordo Coletivo de Trabalho 2016/2017; b) **Outorga de poderes** à diretoria do Sinttel-ES para negociar e celebrar o Acordo Coletivo de Trabalho 2016/2017; c) **Autorizar a direção** do Sinttel-ES, em caso de impasse com a empresa, instaurar dissídio coletivo, decretar greve total ou parcial da categoria e/ou tomar quaisquer outras medidas cabíveis nesta situação; d) **Transformar a Assembleia Geral Extraordinária em Assembleia Permanente**; e) **Discutir e decidir sobre a contribuição assistencial** prevista no inciso IV do art. 8º da CF e alínea "e" do art. 513 da CLT.**

Vitória (ES), 28 de julho de 2016

Nilson Hoffmann - Presidente do SINTTEL/ES

Edital publicado nos Classificados de A
Tribuna



Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

Grupo Claro

Negociações Coletivas 2016/2017

Sinttel abre campanha salarial convocando os/as trabalhadores para assembleia

Nesta terça-feira, dia 2, às 13 horas - no prédio da Embratel no Centro, em Vitória

O Sinttel-ES convoca todos/as empregados/as do Grupo Claro para a assembleia que inicia a campanha salarial 2016/2017. A importância dessa assembleia é grande pois é nela que os trabalhadores discutem os pontos da pauta de reivindicações, pré-elaborada pela diretoria do Sindicato.

O objetivo é ter uma pauta que reflita as necessidades dos/as trabalhadores/as, afinal a empresa vem apresentando crescimento da base de serviços moveis pós-pagos, segmento que inclui vendas de planos com smartphones, atingindo "a melhor performance do país" (palavras da própria empresa). Portanto:

Participe da assembleia e vamos mostrar para a empresa que a negociação pode e deve ser um momento em que os/as trabalhadores/as precisam ser valorizados.

SINTTEL·ES

EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA



O SINTTEL-ES - Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações; Telefonia Móvel; Centros de Atendimento; Call Centers; Transmissão de Dados e Serviços da Internet; Serviços Troncalizados de Comunicação; Rádio Chamadas; Telemarketing; Projeto, Construção, Instalação, Manutenção e Operação de Equipamentos e Meios Físicos de Transmissão de Sinal; Similares e Operadores de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo, convoca, na forma de seu estatuto, os trabalhadores do **GRUPO CLARO S/A** para comparecerem à **Assembleia Geral Extraordinária** que será realizada no dia **2 de agosto de 2016** na Av. Jeronimo Monteiro, 174, Centro, Vitória-ES às **13 horas**, em primeira convocação e às 13:30 horas em segunda e última convocação para debaterem e deliberarem sobre a seguinte pauta: **a) Aprovação**, com modificação ou não, da Pauta de Reivindicação previamente elaborada pela diretoria do Sinttel-ES, para a negociação do Acordo Coletivo de Trabalho 2016/2017; **b) Outorga de poderes** à diretoria do Sinttel-ES para negociar e celebrar o Acordo Coletivo de Trabalho 2016/2017; **c) Autorizar a direção do Sinttel-ES**, em caso de impasse com a empresa, instaurar dissídio coletivo, decretar greve total ou parcial da categoria e/ou tomar quaisquer outras medidas cabíveis nesta situação; **d) Transformar a Assembleia** Geral Extraordinária em Assembleia Permanente; **e) Discutir e decidir** sobre a contribuição assis-tencial prevista no inciso IV do art. 8º da CF e alínea "e" do art. 513 da CLT.

Vitória (ES), 28 de julho de 2016

Nilson Hoffmann - Presidente do SINTTEL/ES

Edital publicado nos Classificados de A Tribuna

Proposta da Claro para o PPR 2016 é uma verdadeira “puxada de tapete”

Na última reunião com os representantes da Claro para tratar do PPR 2016, dia 20/07, ficou “claro” para a Comissão dos Trabalhadores que a empresa não que pagar nada mesmo. Simplesmente repetiu a mesma proposta da reunião anterior.

Primeiramente, apresentaram um modelo que, segundo eles, ampliava o Target para 2,4 salários. E que o novo programa implantava um desafio que poderia ampliar o pagamento e chegar a 3,6 salários – o maior PPR entre as operadoras. Além disso, disseram que estavam unificando os programas das empresas do Grupo CLARO e tendo como base o programa implantado na NET.

Foi aí que a máscara caiu, pois não consideraram as diferenças praticadas entre as empresas do Grupo.

No ano passado (PPR-2015) as negociações já aconteceram com a marca das fusões entre Claro, Embratel, Primyses, Star One e Telmex, onde foi necessário um arranjo para que se ter um PPR único.

Agora, para o PPR 2016 que será incluído no acordo os trabalhadores da Net, a proposta da empresa apresenta três pegadinhas bem matreiras.

Puxando o tapete

A primeira é a elegibilidade: só receberão o PPR aqueles que trabalharem no mínimo 180 dias no ano. Isto é um retrocesso enorme. É bom lembrar que, em 2015 para que o acordo se tornasse viável, os trabalhadores tiveram que ceder, pois no caso da Embratel e Claro, para receberem, os trabalhadores teriam que ter trabalhado no mínimo 120 dias no ano, quando era 90 e 30, respectivamente.

Ao contrário de melhorar para os companheiros da NET, diminuindo a elegibilidade deles, a empresa está piorando para todos.

A segunda é a eliminação do adiantamento do PPR que normalmente era feito em setembro.

Os empregados já contavam com este dinheiro do adiantamento. Não antecipar uma parcela do PPR é quebrar um compromisso de muitos anos. É tratar os/as trabalhadores/as sem a mínima consideração, dando provas de que, para o Grupo Claro, os/as empregados/as são apenas números que eles subtraem quando querem o que é bom para o/a trabalhador/a: — Primeiro o meu lucro. Depois penso nos detalhes.

A última escorregada é a implantação de um gatilho.

Essa é “braba”. É de uma criatividade invejável.



Você pode se esforçar ao máximo mas se não chegar no valor do gatilho, NÃO RECBERÁ NADA.

Até parece que para as definições de investimentos, orçamentos, empenhos e projetos, os/as trabalhadores/as são consultados/as!

Se algo der errado, se a definição foi equivocada, se o mercado não foi devidamente analisado antes daquele investimento, O/A TRABALHADOR/A PAGARÁ O PATO E NADA RECEBERÁ DE PPR.

Um gatilho que exige 80% de uma meta inatingível é um engodo, uma enganação. É ou não é uma proposta para não se pagar nada?

Durante as negociações e já com o primeiro semestre de 2016 fechado, foi solicitado que a empresa simulasse a aplicação do Programa proposto nesta parte do ano. O resultado não foi surpresa para ninguém. Como já se sabia, em nenhuma das unidades de negócio do grupo CLARO, incluindo a NET, haveria pagamento de PPR/2016.

Portanto, diante de proposta ridícula, a Comissão rejeitou a proposta e solicitou as seguintes modificações na proposta da Claro:

- Elegibilidade de 30 dias para todos os trabalhadores;
- Antecipação de uma parcela do PPR-2016 de um salário em setembro/2016;
- Fim do gatilho na proposta e que
- A meta mínima tenha como ponto de partida o realizado no ano anterior.



Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

27/07/2016 - Sinttel-ES

Não assinem o abaixo assinado da Telemont

Nota do Sinttel-ES em repúdio ao abaixo assinado que a Telemont vem impondo aos trabalhadores e trabalhadoras.

O Sinttel-ES tomou conhecimento de um abaixo assinado que os Gestores da Telemont estão impondo para os trabalhadores com o pretexto de solicitar abertura de negociações, para o período 2016-2017;

Que estes gestores estão, de forma ilegal, ameaçando àqueles que se recusarem a assiná-lo;

Que esta iniciativa dos Gerentes é considerada atitude antissindical, e o Sinttel está tomando as medidas necessárias para coibir esta prática. Não é a primeira vez que a empresa toma esta atitude.

Não é verdade que o Sinttel não está querendo negociar com a Telemont;

Estamos seguindo o que foi decidido em assembleia em 2015, ou seja, rejeição da proposta de Acordo Coletivo que a Telemont queria e adoção da Convenção Coletiva 2014-2015 com os seus desdobramentos;

Que o Sinttel-ES ajuizou ação na Justiça do Trabalho exigindo que a Telemont cumpra o que está estabelecido na Convenção Coletiva das Prestadoras de Serviço do setor de Telecom

Acabamos de fechar uma negociação com o Sinstal (CCT 2016/2017) que prevê reajuste para salários e benefícios,

Serão convocadas assembleias a partir da próxima semana envolvendo todos os trabalhadores empregados das empresas

prestadoras de serviços em telecom, inclusive os da Telemont;

A Telemont só não aplicará estas correções aos salários e nos benefícios se não quiser;

Por fim, já fizemos várias reuniões com a empresa nestes últimos meses e ela sabe qual é a posição do Sindicato;

A Telemont insiste em manter pisos salariais inferiores aos da Convenção Coletiva de Trabalho, desconsiderando a vontade dos trabalhadores, mantendo precárias condições de trabalho e de remuneração;

A empresa desligou vários trabalhadores nos últimos meses, aumentando a carga de trabalho para os que ficaram;

Além disso, desde a implantação do famigerado Click, os trabalhadores se sentem na verdade roubados, pelas sucessivas manipulações que são feitas para não permitir o cumprimento das metas, impedindo os trabalhadores de receberem o salário variável.

Que nos últimos meses, a empresa acentuou as aplicações de medidas disciplinares sem motivo aparente, numa forma de pressionar os trabalhadores, como quem quer dizer: aqui mando eu e pronto.

Não desanimem. A luta é difícil, mas nossa união é maior.

Diretoria do Sinttel-ES



Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

29/07/2016 - Convergência Digital

Administrador judicial vai analisar troca de diretores na Oi

O juiz responsável pela recuperação judicial da Oi, Fernando Cesar Ferreira Viana, pediu nesta quinta-feira, 28/7, a opinião do administrador judicial – a PricewaterhouseCoopers – e do Ministério Público sobre o pleito do fundo de investimentos Société Mondiale para mudanças no Conselho de Administração da operadora.

Na prática, uma decisão da 7a Vara Empresarial do Rio de Janeiro sobre esse assunto pode sair ainda na próxima semana. O fundo, gerido pelo empresário Nelson Tanure, tenta remover da direção da Oi cinco executivos indicados pela Pharol, sucessora da Portugal Telecom.

Sobre esse mesmo assunto, a Oi divulga posição da Anatel, na qual a agência indica que não precisa ser ouvida previamente sobre mudanças no Conselho. “Os atos societários necessários ao processo eletivo em comento (...) podem ser realizados até a posse dos novos membros inclusive, sem a necessidade de manifestação prévia desta Agência”.

A Société Mondiale detém 7% das ações com direito a voto da Oi, mas anunciou ao mercado ter reduzido para 3,45% o volume de ações preferenciais da operadora, “totalizando 6,32% do capital social da Companhia”, conforme comunicado da própria Oi

28/07/2016 - Telesíntese

Claro tem prejuízo de R\$ 231,6 milhões

Companhia obteve mais receita, mas enfrenta gastos menores dos clientes na telefonia móvel e aumento de custos com manutenção, energia, contratos em dólar e inadimplência.

A Claro Participações divulgou o balanço financeiro para o segundo trimestre do ano. Os números mostram a receita do grupo de empresas formado por Claro, NET e Embratel. Elas venderam o equivalente a R\$ 8,49 bilhões, 0,8% mais que um ano antes. Apesar dessa evolução, houve prejuízo de R\$ 231,6 milhões, revertendo o lucro visto no segundo trimestre de 2015. Nos primeiros seis meses deste ano, a companhia registra saldo negativo de R\$ 532,5 milhões, 74,4% menor que doze meses atrás.

A companhia diz que ainda sofre os efeitos negativos da redução das taxas de interconexão (VU-M). Acrescenta que não foi capaz de ampliar a receita com dados móveis devido a ofertas promocionais. O EBITDA caiu 1,6%, para R\$ 2,49 bilhões em função do aumento de custos de manutenção, em que parte dos contratos estavam em dólar, do aumento da inadimplência por conta da recessão econômica, e dos custos com energia, que subiram 45%.

Somando-se os resultados das demais empresas

que a América Móvil tem no país, o resultado melhora. A receita do Brasil fica praticamente estável, com -0,1% de retração, atingindo R\$ 9,08 bilhões.

Operações

Conforme o balanço internacional da América Móvil, Claro, NET e Embratel perderam receita na telefonia móvel, mas cresceram em serviços fixos. O faturado com serviços móveis foi de R\$ 2,94 bilhões, 10% a menos que um ano antes. Já as vendas de serviços fixos somaram R\$ 6,13 bilhões, 5,4% a mais que o segundo trimestre de 2015.

No mercado móvel, a companhia obteve crescimento de 6,2% na base de assinantes pós-pagos, que agora somam 16,95 milhões de clientes. No pré-pago, a queda foi de 14,4%, para 47,3 milhões de usuários. Mesmo com as adições mais qualificadas do pós-pago, a companhia ainda não conseguiu ampliar a receita média por usuário (ARPU), que caiu 1,9%, para R\$ 13. O churn cresceu de 3,4% para 3,6% no período.

28/07/2016 - Convergência Digital

Teles afirmam que vistoria de radiação de antenas vai custar R\$ 165 milhões

As operadoras de telecomunicações aproveitaram a audiência pública que a Anatel promoveu nesta quinta-feira, 28/07, para questionar mudanças na metodologia de verificação da exposição de radiação das antenas, especialmente pela adoção de fiscalizações sobre todo o parque instalado a cada cinco anos.

“Revisões periódicas são desnecessárias e não trazem nenhum benefício efetivo a sociedade com relação a radiação não ionizante, e impõe altos custos às operadoras. Em avaliação preliminar de impacto, calculamos em R\$ 165 milhões em cinco anos”, afirmou o representante da Oi, Edivaldo Miron. O valor diz respeito ao custo de fiscalização das ERBs por empresa a cada cinco anos.

O tema da audiência foi exatamente a revisão do regulamento sobre exposição a campos eletromagnéticos, com alterações que enfim serão adotadas mas que remetem à Lei 11.934, de 2009. O principal ajuste é a exigência de que os laudos sejam emitidos por pessoa jurídica – algo que terá efeito restrito para as grandes operadoras, mas que pode influenciar os custos de pequenos provedores.

“Os pequenos provedores não possuem engenheiro ou profissional habilitado para fazer essa



avaliação a exige-se vínculo ao quadro de funcionários para que essas empresas tenham registro no CREA. Nosso pedido é para que seja dada abertura a outros tipos de vínculo, como pertencer ao quadro de responsáveis técnicos pela empresa”, defendeu o representante da Abrint, Carlos de Godoy.

Segundo a Anatel, porém, a imensa maioria dos equipamentos usados para os rádio enlaces que os pequenos provedores usam na prestação de acesso a internet já são isentos dos testes de conformidade, devido às características de emissão.

Já na questão da fiscalização quinzenal, a posição da agência é de que não há como evitar, uma vez que essa regra está prevista na Lei 11.934/09, passando simplesmente a constar também no regulamento específico do regulador sobre esse assunto.

A Oi chegou a sugerir que essas fiscalizações pudessem ser feitas a partir de softwares de simulação, mas a agência não parece muito animada com a ideia. “Não existe esse conceito de medição por simulação, nem foi esse o intuito do legislador. Embora concorde que é uma carga extra que envolve recursos elevados, está na Lei e já deveria estar sendo feito”, afirmou o gerente de espectro da Anatel, Agostinho Linhares.

27/07/2016 - Vermelho

Brasil elimina 91 mil postos de trabalho em junho

Em junho, 91.032 vagas de empregos formais foram fechadas no país, segundo dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) divulgados hoje (27) pelo Ministério do Trabalho. O resultado mantém a tendência de mais demissões que contratações no mercado de trabalho.



O setor de serviços registrou a maior queda de vagas formais em junho deste ano, com fechamento de 42.678 postos de trabalho. O setor inclui a atividade bancária, transportes, comunicações, ensino e serviços médicos, por exemplo.

A indústria da transformação teve a segunda maior perda de postos, com fechamento de 31.102 vagas. A construção civil fechou 28.149 vagas e o comércio, 26.787 postos.

As únicas atividades com novas vagas abertas foram a agricultura e a administração pública. A primeira abriu 38.630 postos em junho e a segunda, 790 vagas.

As maiores perdas de postos de trabalho foram

registradas em São Paulo, com fechamento de 29.914 vagas. Em segundo lugar está Rio de Janeiro, com recuo de 15.748, e em terceiro o Rio Grande do Sul, com menos 10.340 vagas.

O emprego formal teve resultado positivo somente em oito unidades da Federação em junho. Foram elas: Minas Gerais (4.567), Goiás (3.369), Mato Grosso (2.589), Acre (191), Piauí (101), Amapá (54), Mato Grosso do Sul (35) e Maranhão (17).

Divulgado desde 1992, o Caged registra as contratações e as demissões em empregos com carteira assinada com base em declarações enviadas pelos empregadores ao Ministério do Trabalho.